

A Economia Política do Agronegócio

Fernando Roberto de Freitas Almeida¹

Uma das bases para a projeção internacional do Brasil, atualmente, é sua pujança na área agrícola, responsável por uma inserção assertiva no sistema internacional, mediante a participação e liderança em agrupamentos variáveis, como foi o *Grupo de Cairns*, criado durante as negociações da Rodada Uruguai, do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), entre 1986 e 1994.

Deve-se enfatizar que a agricultura brasileira, no início do século XXI, confirmou as expectativas que dela se faziam décadas antes. Embora a expressão “celeiro do mundo” tenha sido cunhada na Era Vargas, e tenha ficado associada a um ufanismo anacrônico, o fato é que, desde meados dos anos 70 analisava-se um novo tipo de agricultura tecnificada, a propiciada pela Revolução Verde, dependente de pacotes tecnológicos, que a tornariam intimamente ligada ao setor da indústria química. Essa Revolução, difundida desde os anos 50 pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), permitiria que se obtivessem

avanços notáveis na produtividade das lavouras, mitigaria o problema da fome e da desnutrição em diversas regiões, mas não resolveria problemas sociais derivados da preservação das relações de produção no campo.

No caso brasileiro, sua maior disseminação aconteceu a partir de 1967, quando, na pauta das reformas promovidas pelo primeiro governo militar, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural, o SNCR. Esse exigiu do produtor agrícola a apresentação de laudo técnico feito por um engenheiro agrônomo, assegurando estar empregando as melhores tecnologias disponíveis (sementes certificadas, fertilizantes, agrotóxicos²) além do título de propriedade da terra, para ter acesso ao crédito rural. Dois anos depois, em 1969, as lavouras brasileiras de soja, uma leguminosa originalmente procedente da China, ultrapassaram, pela primeira vez, a marca de 1 milhão de toneladas produzidas (o Departamento de Agricultura dos EUA, USDA, estimou a atual safra brasileira, em novembro, no patamar de 75 milhões de toneladas). Cinco anos depois, em 1974, o governo federal anunciou a criação da empresa que seria a maior do mundo em pesquisa agropecuária, a Embrapa, hoje bastante atuante nos projetos da chamada Cooperação Sul-Sul. A adaptação da soja ao cerrado foi um feito notável da nova empresa, que agora

1. Universidade Federal Fluminense.

2. Essencialmente herbicidas, são apresentados pela indústria com a denominação de “defensivos agrícolas”. Seu caráter agressivo no ambiente aos poucos levou a que se adotasse com maior frequência o nome “agrotóxico”.

repassa essa tecnologia para países africanos carentes de recursos. Ao ver o início da expansão da soja-cultora no Planalto Central, em fins da década de 70, o secretário de Agricultura dos EUA externou sua preocupação quanto ao potencial brasileiro para competir com seu país (Almeida, 2001).

Naquela ocasião, planejava-se fazer com que o Brasil produzisse, no ano 2000, cem milhões de toneladas de grãos³, o que foi atingido efetivamente logo após essa data. Com efeito, o temor do secretário (ministro) americano se confirmou e, segundo o USDA, em seu relatório divulgado em 9/11/2011, o Brasil exportará cerca de 38 milhões de toneladas, mais de metade de sua safra de soja em grão, superando pela primeira vez os EUA, que venderão ao exterior 36,06 milhões de toneladas.

Cabe observar que, nos anos 70 não se usava a expressão “agronegócio”, mas ampliavam-se os

estudos sobre a Economia Agrícola e a Sociologia Rural em centros de excelência, como a Universidade Federal de Viçosa, a Escola de Agricultura Luís de Queirós da USP, o Centro de Estudos Agrícolas e o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) ambos da Fundação Getulio Vargas (atualmente, o CPDA encontra-se na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). A terminologia empregada era a de “complexo agroindustrial”, fazendo-se uma gradação da integração do setor agrícola com os subsetores da indústria e dos serviços, sob a influência da linguagem usada no planejamento da URSS. Deste modo, analisavam-se as interações da produção anterior à da porteira da fazenda (insumos diversos) com a própria fazenda e, finalmente, as fases de pós-produção rural, como o processamento e a distribuição, atividades que se sofisticavam rapidamente.

Nos anos 90, sob a forte influência exercida pela economia dos EUA, que avaliavam o mundo pela ótica da unipolaridade (e tentavam convencer que aquela situação peculiar, pós-fim da União Soviética, perduraria), difundiu-se o termo *agribusiness*⁴, durante algum tempo muito empregado na imprensa e na literatura especializada do setor. Na atualidade, superada a ilusão da unipolaridade no sistema internacional e extinto o planejamento soviético, impôs-se paulatinamente o emprego do termo “agronegócio”, aliás, compatível com o

momento de afirmação do país, em várias áreas.

O agronegócio brasileiro, segundo Mendes & Padilha Junior (2007), representa algo em torno de 30% do Produto Interno Bruto (PIB)⁵ do país, gera mais de 40% da receita de exportações e 37% dos empregos. Também responde por cerca de 45% dos gastos das famílias brasileiras e utiliza mais de 50% da frota de caminhões de um país que optou pela matriz de transportes rodoviária. A composição da produção agroindustrial brasileira é a seguinte:

Tabela 1 – Composição da Produção Agroindustrial

Produção agroindustrial	%
Alimentos	43,5
Madeira, papel e papelão	13,2
Têxteis	11,7
Vestuário e calçados	10,8
Bebidas	6,3
Fumo	5,6
Álcool	3,5
Consumo rural	3,4
Óleos essenciais	2
Total	100

Fonte: IBGE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, FGV

Apresentando-se a composição do PIB brasileiro pelos três setores tradicionais em que se divide a economia, tem-se que, em 2010 a agricultura correspondeu a apenas 5,8%, ficando a indústria com 26,8% e os serviços com 67,4%. O agronegócio naquele ano chegou a 26,5% do PIB e a 42% das exportações, verificando-se retração da participação do setor

3. Trata-se de mera tradução de referência estadunidense (grains) a um aglomerado de dezesseis sementes diversas, provenientes de grupos botânicos diferentes, cereais e oleaginosas, apenas para elaboração de estatísticas.

4. “expressão americana, criada em Harvard, pelos professores John H. Davies e Ray Goldberg, em 1957, para designar as atividades econômicas ligadas às lavouras e à pecuária, desde a produção rural até o consumidor final” (Almeida 2001, 5).

5. O PIB é um conceito da Macroeconomia que, como definiu Sandroni (2005) “refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços”, excluindo as transações intermediárias.

industrial. Tais dados são provenientes do *World Factbook*, publicado pela *Central Intelligence Agency* dos EUA, e são aqui adotados para que possam ser comparados aos equivalentes daquele país, que foram, respectivamente, em termos de participação no PIB: agricultura, 1,1%; indústria, 22,1% e serviços, 76,8%. Tendo os EUA uma economia mais avançada que a brasileira, a indústria aqui ainda detém peso maior.

Cabe acrescentar que, os vínculos históricos entre Brasil e EUA têm muito a ver com o relacionamento comercial entre ambos envolvendo o café. Desde 1860, o campo brasileiro detém a primeira posição como produtor cafeeiro, tendo sido mundialmente conhecido por esse destaque, mas hoje também é o primeiro em suco de laranja (80% do que se produz globalmente), açúcar⁶, carnes bovina e de frango, e fumo em folha. Ocupa o segundo lugar como produtor de soja em grão, de etanol, de milho e de mandioca, o quarto lugar em carne suína e o quinto em feijão. Apresenta destaques em várias lavouras e se pode citar o caso do arroz, de que também se tornou exportador, conseguindo registrar

em algumas regiões a maior produtividade em nível mundial.

Grosso modo, para se atingir esse desempenho, a agropecuária brasileira conheceu três fases:

a) Dos engenhos de açúcar do século XVI (o território que viria a ser o Brasil já debutou no sistema internacional regido pela Europa, que se transformava sob o capitalismo mercantil, como um produtor agroindustrial avançado para a época) até meados dos anos 60 do século XX, quando passou do trabalho escravo para o majoritariamente assalariado, associado em grande medida ao café: o período terminou com a disseminação da Revolução Verde, em meio a discussões sobre a necessidade da reforma agrária, com excedentes extraídos por confiscos cambiais, crises de abastecimento e debates sobre a inelasticidade⁷ da oferta agrícola, malgrado a disponibilidade de terras para plantio;

b) Da criação do SNCR aos anos 80: quando se ampliaram a Política de Garantia de Preços Mínimos um mecanismo de garantia de renda para os agricultores criado na Era Vargas e o crédito rural vinculado ao aprimoramento tecnológico ambos bastante ligados ao Banco do Brasil, então uma autoridade monetária com ampla autonomia. As principais características dessa fase foram a tecnificação da agricultura, promovida pela adoção dos “pacotes” indicados pela FAO (insumos “modernos” e irrigação,

que levaram a uma modernização conservadora do campo) e ampliação da fronteira agrícola, que avançou pelos cerrados, tudo isso com forte oneração do Estado;

c) De 1990 até hoje, a “era do agronegócio”: iniciada quando, após os impasses dos anos 80 marcados pelo problema da dívida externa e pela necessidade de exportar para gerar os dólares para pagar a dívida, além das diversas tentativas de controle do processo inflacionário, o governo de Fernando Collor de Mello eliminou subsídios e promoveu acelerada exposição à concorrência externa. O uso mais intensivo de recursos próprios dos agricultores aconteceu no momento em que as tecnologias geradas pela Embrapa e disponibilizadas pelo sistema de assistência técnica e extensão rural (sob direção da estatal Embrater) haviam amadurecido e puderam propiciar ganhos de produtividade, elevando sobremaneira a competitividade do campo. A partir de meados dos anos 90 o campo brasileiro, do mesmo modo que os demais setores, aprendeu a conviver com inflação bem mais baixa, permitindo o retorno de investimentos em atividades produtivas, a chamada “economia real”, mas acompanhada de juros elevadíssimos.

Os resultados da Revolução Verde são conhecidos em termos agrônômicos e também no que diz respeito a problemas ambientais, principalmente desde que a naturalista americana Rachel Carson

6. O Brasil será o país mais beneficiado caso ocorra uma abertura do mercado europeu, no qual vigoram subsídios a produtores e exportadores, bem como tarifas e quotas de importação em montante que supera US 1,2 bilhão, conforme Batalha e Souza Filho (2009).

7. No caso, incapacidade de reação da oferta da mercadoria, diante de uma elevação dos preços.

publicou seu notável livro *Silent Spring*, em 1962⁸, bem como todos os desdobramentos das pesquisas desenvolvidas pelas grandes corporações que dominam o setor, conforme registraram Bakan (2008) e Robin (2008), culminando nos avanços recentes da biotecnologia. Essa é amplamente conhecida pelas pesquisas em transgenia, em que se envolvem questões éticas, morais, ao lado das meramente comerciais – as mais visíveis, dada a cobertura da imprensa, ligadas, entre outros aspectos polêmicos, às batalhas por patenteamento de produtos alimentares (como foi o caso do arroz Basmati, na Índia⁹). Contudo, pouco se associa esse processo à problemática social. Caso tal aspecto fosse mais discutido, poder-se-ia pensar algo mais quanto ao encarecimento da produção na própria fazenda, além de principalmente ser fundamental atentar-se para o adjetivo “conservadora” associado à “modernização”. No Brasil, segundo o Minis-

tério da Agricultura, 3% dos estabelecimentos rurais são latifúndios que controlam 57% da área agrícola. Destaque-se que, como observou Mellon (2008) – membro da União dos Cientistas Preocupados, ONG de Washington –, não se tem registros de consumidores que tenham se mobilizado para terem direito a consumir produtos transgênicos.

Quanto à “modernização” em si, existem cerca de 4.000 agrotóxicos registrados, com aproximadamente 15.000 formulações distintas, sendo 8.000 delas licenciadas no Brasil. Aqui se empregam 3,2 quilogramas de agrotóxicos por hectare, o que é a décima posição mundial conforme alguns autores, enquanto alguns colocam o país em quinto lugar. O estado de São Paulo, onde se concentra a maior parte do parque industrial, é o maior produtor (80% do total) e maior consumidor. É importante apontar que as lavouras brasileiras usam, pelo menos, dez tipos de agrotóxicos proibidos em mercados mais desenvolvidos, como os europeus e o dos EUA e Canadá. Também há destaque brasileiro no emprego de sementes transgênicas, que começou com o contrabando da variedade de soja desenvolvida pela Monsanto para resistir ao herbicida *Round Up* a partir das plantações argentinas (por isto recebeu no Rio Grande do Sul, onde foi cultivada, o apelido de “Maradona”), sendo o país o terceiro maior usuário. As principais sementes são as de soja, milho e algodão, fornecidas basicamente por grandes corporações e pela

Embrapa. Em razão das polêmicas geradas por esses produtos, a Justiça Federal brasileira decidiu que alimentos contendo mais de 1% de transgênicos em sua composição precisarão expor a informação em seus rótulos.

Como observou Almeida (2001b)

“A biotecnologia adota diferentes métodos, como a cultura de tecidos e a clonagem de células, o DNA recombinante e a engenharia genética, que permite alterar a natureza das células. A cultura de tecidos é prática mais antiga e se desenvolveu muito nos experimentos com tabaco, batata e tomate. A reprodução por cruzamento vegetal com o aprimoramento de características desejadas é lenta e a cultura dos tecidos agilizou a obtenção de melhores plantas. Disto não resulta um organismo geneticamente modificado, que é aquele que, além dos seus genes próprios, incorpora os genes transmissores das características que se querem. A engenharia genética permite tal resultado em prazos bem mais curtos e se tornou a área de maior potencial da biotecnologia. Vem sendo associada à atual revolução na área de informação, não só por exigir o emprego de computadores e programas avançados, mas também por ser a própria transferência de traços genéticos uma transmissão de informações. É interessante que boa parte dos pesquisadores que a iniciaram eram provenientes da Física. As vantagens da produção de lavouras modificadas são diversas:

- a) produção viabilizada em solos deficientes;*
- b) alimentos mais nutritivos, pois receberam acréscimos de proteínas;*
- c) menor emprego de agrotóxicos, preservando o ambiente;*
- d) resistência a pragas de todos os tipos e a herbicidas (soja, milho, algodão, canola – planta desenvolvida por engenharia genética, a partir de colza, batata);*

8. Naquele ano, “um poderoso grupo de representantes da indústria química, autoridades políticas e ‘peritos’ assalariados em meio ambiente iniciaram um movimento para impedir a publicação do livro de uma naturalista muito querida” (Kumar e Whitefield, 2006).

9. “Uma pequena empresa texana com 120 empregados, chamada Rice Tec Inc. obteve uma polêmica patente norte-americana para o arroz basmati” (Madeley, 2003). Foi um caso clássico de biopirataria, usurpando o nome do produto, cobrindo cruzamentos de 22 variedades, feitas por agricultores indianos e paquistaneses. Como o acordo Trips (Trade-related aspects of intellectual property rights) da OMC, determina a proteção quando determinada característica ou reputação de um produto puderem ser atribuíveis à sua origem geográfica, a patente foi derrubada.

e) para o agricultor; quase tudo se resume a menores custos e mais produção, uma vez que se calcula que no mundo são colhidos 60% do cultivado, com perdas de 13% por doenças, 14% por insetos e 13% por ervas invasoras.

A busca por menores custos pode provocar problemas não só em termos biológicos, como se tem procurado apresentar até aqui. Exemplo disso são os resultados no campo do lançamento de variedade de café modificado para ter seus grãos todos amadurecendo simultaneamente. Os pesquisadores da empresa Integrated Coffee Technologies, do Havaí, tiveram em mente a obtenção de um produto homogêneo. Ocorre que a maturação do fruto será possível com o emprego de adubos químicos, levando a outra forma de dependência da agricultura em relação à indústria. Mais grave: as fazendas dispensarão trabalhadores nas etapas de produção, pois o novo grão será mais produtivo, e na colheita, que não mais precisará ser manual.

Todas as preocupações são sérias, sejam referentes a aspectos sociais, econômicos, ecológicos, ou biológicos. Os OGM deparam-se até com restrições religiosas/culturais, uma vez que diversas culturas estabelecem normas rigorosas para o preparo de alimentos”.

O modelo empresarial recebe sempre as mesmas críticas, em todos os lugares: aumenta o endividamento dos agricultores e, em algumas regiões, como ocorre na Índia, isso eleva os índices de suicídios; aumenta a dependência dos países em relação a um pequeno grupo de empresas colossais da

área química, todas europeias ou dos EUA, cuja lucratividade não deixa de crescer; agrava a uniformidade da alimentação, pondo em risco o suprimento futuro, dada a falta de variabilidade, por erosão genética das plantas e promove a expulsão dos agricultores tradicionais, o que, em países pobres, e como aconteceu aqui, prejudica sobremaneira tais pessoas, também trazendo sérios problemas para as cidades que as acolhem.

A rapidez com que o Brasil vem galgando posições no agronegócio mundial impressiona e, há dez anos, quando a *Goldman Sachs* cunhou o acróstico Bric¹⁰ (hoje Brics, com a incorporação da África do Sul) tinha em mente que no futuro o Brasil seria exatamente o “celeiro do mundo”. Ocorreu então, que a fortíssima demanda chinesa por alimentos e matérias-primas chegou a ponto de reverter a situação de baixas cotações registradas pelas *commodities* nos anos 90 do século passado. Assim, se o Brasil era o sexto maior exportador mundial em 2000, em 2010 já se posicionava em terceiro lugar, atrás apenas dos EUA e

da União Europeia. Convém lembrar que vários autores apontavam para a possibilidade de países exportadores destas mercadorias tornarem-se inviáveis, ao longo do século XXI, caso a deterioração dos termos internacionais de troca persistisse, como o foi o caso do diplomata peruano Oswaldo de Rivero (2002). No entanto, o crescimento não apenas da China, mas de outros países tidos como “emergentes” (mais uma classificação proveniente do mercado financeiro) levou a elevação dos preços dos alimentos e a uma movimentação colossal de recursos pelo mundo todo, abrindo margens a novas discussões sobre o poder global.

O mapa 1 apresenta os interesses brasileiros no cenário internacional atual, usualmente denominado como aspectos da “Goeconomia”: abrir mercados na África, na Ásia, e na “fortaleza europeia”, mantendo uma “resistência estratégica com anseio de autonomia” diante das fortes pressões dos EUA, e enfrentando alguma contestação a seus intentos, por parte do México, Bolívia e Argentina.

Mapa 1 - Interesses brasileiros no cenário internacional atual (Goeconomia)

Fonte: Atlas do Mundo Global, Bonifacci & Vêdring, 2009

10. Tratava-se tão-somente de um exercício econométrico feito pelo economista John Williamson, para apontar aos investidores internacionais as melhores possibilidades de negócios até 2050, quando Brasil, Rússia, Índia e China deverão estar ao lado dos EUA como as maiores economias do planeta.

Se a demanda chinesa pode ser atendida pelo agronegócio brasileiro, isto se deveu a algumas condições bem consolidadas, que foram adotadas para a melhor exploração possível das condições de clima e de solo do território:

- a) melhoria da qualidade dos insumos utilizados nesta terceira fase da evolução do setor;
- b) sucesso das políticas públicas de incentivo à exportação;
- c) redução da carga tributária, como ocorreu com o ICMS, desde 1996;
- d) a taxa de câmbio flexível, em vigor desde 1999, embora em anos recentes o real tenha sido a moeda que mais se valorizou frente ao dólar americano (posição que só perdeu em novembro de 2011, segundo o Banco Internacional de Compensações, entre as 58 maiores economias mundiais – essa incômoda posição é agora do *bolívar fuerte*, da Venezuela, como assinalou Moreira (2011)).¹¹
- e) aumento acentuado da demanda asiática e de países considerados *emergentes*;
- f) crescimento da produtividade;
- g) intercessão governamental na Organização Mundial do Comércio

(OMC), com grande protagonismo nas negociações;

Na fase atual, dadas as discussões acirradas sobre a desindustrialização que estaria em curso, cabe refletir sobre novas políticas públicas compatíveis com debates paralelos sobre um “novo desenvolvimentismo”, ligado ao conceito de “Estado logístico”, apresentado por Cervo (2008). Observe-se que a agricultura brasileira vem registrando perda de empregos, mas o setor de agronegócios tem aumentado sua participação na geração de novas vagas. Assim, ao mesmo tempo em que o governo federal procurar definir uma nova política industrial, enfrentando a oposição de analistas de cunho liberal, (como, por exemplo, Ferreira & Frageli, 2011), para quem será preferível “aprofundar a produção daquilo que outros países não poderão fazer por insuficiência de dotações”, seria o caso de:

- a) procurar superar a dicotomia existente entre as produções das agriculturas familiar e empresarial;
- b) promover a industrialização rural, ao mesmo tempo em que se negociariam novos acordos comerciais com parceiros externos, para a venda de produtos com maior valor adicionado;
- c) recuperar áreas degradadas, como é o caso de boa parte das pastagens, inclusive incentivando o plantio de florestas, negócio que já mobiliza perto de US\$ 300 bilhões/ano no mundo;

d) melhorar a logística de transportes;

e) reduzir a importação de fertilizantes mediante aumento da produção interna;

f) investir mais em biocombustíveis, área em que o país já possui reconhecida *expertise*, desenvolvida desde os anos 70 com as pesquisas que resultaram no Proálcool.

Um dado desalentador é que se estima haver menos de 25% dos estabelecimentos rurais sendo providos de algum tipo de orientação técnica.

O setor sem dúvida vive um bom momento, mas os mercados de *commodities* são caracterizados pela volatilidade de suas cotações em bolsa (a principal para soja, milho e trigo é a Bolsa de Chicago) e não se deve construir um projeto de país contando com o sucesso permanente dessas exportações, até porque, o continente africano, hoje recebedor de fortes investimentos da República Popular da China, e não só dela, apresenta, em grandes extensões, condições de solo e clima semelhantes às brasileiras e se espera que deslanche nesses mercados nas próximas décadas, beneficiando-se, igualmente, da maior proximidade dos ávidos mercados asiáticos.

Mendes e Padilha Jr. (2007) transcrevem estimativas de Harvard e do Banco Mundial, mostrando que, em 2005, o subsetor “antes da porteira” detinha 11% do valor do agronegócio, ficando o “dentro da porteira” com 19% e o “depois da porteira”

11. A rentabilidade do agronegócio brasileiro no comércio internacional voltou a se recuperar recentemente em razão de oscilação cambial favorável e de permanecerem altos os preços das commodities, como noticiou Watanabe (2011).

com 70%. As duas instituições projetam que, em 2025, os números serão, respectivamente, 9%, 10% e 81%. Isso em termos internacionais, mas a tendência é a mesma por aqui. Considerando-se a urbanização intensa do país, o crescimento do mercado interno e o melhor uso de suas potencialidades, espera-se que o país seja perfeitamente capaz de atender a seu público interno (segundo a consultoria britânica *The Economist Intelligence Unit*, o país terá a quarta economia mundial já em 2027, conforme citação de Fraga, 2011) e manter seus compromissos de exportação.

Não estão sendo aqui considerados os limites dados pelas propostas de desenvolvimento sustentável, que apontam para a rápida depleção dos recursos naturais. Novaes (2011) observou que:

“O Brasil tem de pensar uma estratégia fundada nessas visões, já que tem posição privilegiada no mundo em matéria de território, água, biodiversidade, possibilidade de plantios, matriz energética limpa e renovável – tudo o que é fator escasso no mundo... A essa estratégia – em substituição à ideia de crescimento econômico puro e simples, desatento ao quadro mais amplo, é que se poderá chamar de uma verdadeira modernidade.”

Diante de tamanhas expectativas, é importante saber que, embora o governo federal tenha decidido, em meados de novembro de 2011, ser insuficiente o parecer atual da Advocacia Geral da União (AGU) sobre a propriedade de terras por estrangeiros (devido à preocupação com as aquisições de solo agrícola em vários países pelo fundo

soberano chinês) e resolvido tornar mais rígidas as restrições, proximaamente, o setor do agronegócio é altamente internacionalizado, como mostra a tabela 2.

Finalizando, convém atentar para o fato de que o setor do agronegócio, ao se destacar por sua expressividade na Balança Comercial, em momento de grave crise nos países desenvolvidos, passou a ter ainda mais elevado poder de barganha junto aos poderes do país. A recente negociação do Código Florestal mostrou isto muito bem

e, para manter e expandir sua força política, ele conta com firme bancada parlamentar, como mostram os dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O quadro 1 apresenta a composição deste grupo suprapartidário.

Deste modo, compreende-se a pouca prioridade dada à problemática situação da propriedade territorial no país. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) teria

Tabela 2 – Brasil: maiores empresas do agronegócio

Grupo	UF	Origem	Empregos
Ambev	SP	Bélgica	19.000
Carrefour	SP	França	nd
Pão de Açúcar	SP	Brasil/França	62.803
Wall Mart Brasil	SP	EUA	50.112
Cargill Agrícola	SP	EUA	4.981
Bunge	SC	Bermudas	nd
Sadia	SC	Brasil	45.381
Souza Cruz	SC	Grã Bretanha	5.816
Nestlé	RJ	Suíça	nd
Perdigão	SP	Brasil	35.556
Dow Brasil	SP	EUA	nd
Bunge Fertilizantes	SP	Bermudas	nd
ADM do Brasil	SP	EUA	2.073
Copersucar	SP	Brasil	nd
Makro	SP	Holanda	7.855
Bertin	SP	Brasil	nd
Aracruz Celulose	ES	Brasil	2.249
Friboi	SP	Brasil	nd
Klabin	SP	Brasil	12.521

Fonte: Anuário Exame, 2010.

Quadro 1 – Brasil: composição da bancada ruralista – 2010

➤ 159 deputados federais (31%) e 18 senadores (22%)
➤ PMDB: 36
➤ DEM/PP: 24
➤ PSDB: 22
➤ PR: 15
➤ PTB: 10
➤ PDT: 9
➤ Nordeste: 48, sendo 7 senadores
➤ Sudeste: 48, 37, nenhum senador

Fonte: Diap.

havido um pequeno recuo na concentração fundiária brasileira: o Índice de Gini, que mede concentração (total em 1,0) passou de 0,836, em 1967, ano da adoção do SNCR, para 0,820, em 2010. Trata-se de um movimento irrisório, notadamente quando se verifica todo o processo descrito neste artigo. Como apontou Rodrigues (2011:10):

“Dos 217,4 milhões de hectares registrados pelo Incra como grandes propriedades, 136,8 milhões são identificados como improdutivos. Não cumprem, portanto, a função social preconizada pela Constituição Federal de 1988. Mas o total de latifúndios improdutivos no Brasil é muito superior à área reconhecida pelo órgão governamental. O próprio Incra assume isso. A legislação existente dificulta que inúmeras propriedades improdutivas sejam catalogadas como tal. Os índices de produtividade da terra estabelecidos em lei, com base no Censo Agropecuário de 1975, contribuem para isso. Totalmente defasados, se ancoram em um modelo de agricultura que não faz mais parte da realidade. O grau de mecanização adotado hoje, por exemplo, permite que se produza uma maior quantidade de produtos em um menor pedaço de terra.”

É interessante complementar essa informação com a opinião expressa pelo ex-ministro da Agricultura do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, Roberto Rodrigues, grande fazendeiro do estado de São Paulo e fundador da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) nos anos 90:

“Há alguns dias, a Organização das Nações Unidas anunciou que a popula-

ção da Terra alcançou o impressionante número de 7 bilhões de pessoas. Só de 2000 para cá foi mais de 1 bilhão! E fala-se, com boa dose de certeza, que em 2050 “seremos” 9 bilhões.

*Essa numerologia logo traz à tona a velha discussão sobre segurança alimentar para toda essa gente nova que se soma aos “outros”, nós todos que aqui já estávamos. Aliás, essa conversa é antiga, e desde as ideias superadas de Malthus anima discussões recorrentes. Sabe-se que esse tema tem solução clara na área tecnológica: é possível aumentar a produtividade agrícola por hectare, e temos demonstrado isso à exaustão, mas não se pode descartar a incorporação de novas áreas, especialmente de pastagens degradadas, hoje somando mais de 40 milhões de hectares no nosso país, **bem como áreas cobertas com vegetação nativa, como cerrados e savanas.**”*

O grifo em negrito é deste artigo, não do ex-ministro, que ali propõe a ampliação do agronegócio pelas áreas de cerrado ainda não ocupadas. Esta é uma das grandes questões da produção rural brasileira hoje: como delimitar – e fazer cumprir a delimitação – a ampliação da fronteira agrícola que, há anos, vem afetando a Floresta Amazônica.

Considerando-se que, segundo projeções feitas pela FAO, até o ano 2030 o mundo necessitará de produções bem maiores de alimentos (34% a mais de carne bovina, 47% da suína, 55% a mais da carne de frango, 59% a maior no caso do açúcar, 19% de arroz, 29% de milho e, 49% de soja, haverá condições para que o agronegócio brasileiro se expanda ainda mais.

Projeções da mesma fonte dão conta que o Brasil poderá apresentar os seguintes aumentos da produção:

Carne bovina: 49%, exportando mais 81% do que hoje; carne suína: 48%, com mais 56% nas exportações; carne de frango: 77%, exportando mais 122%; açúcar: 65%, mais 66% de expansão nas vendas externas; arroz: 16%, com aumento quase igual nas exportações, de 15%; milho: 83%, ocorrendo grande aumento de vendas ao exterior, de 108% e soja: com mais 98% de produção e 140% nas exportações.

Sobre aquelas projeções, Nassar (2011), membro do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icne) apresenta avaliações extremamente otimistas, que se preocupam apenas com a provável alta de preços que afetará o consumidor do mercado interno, caso a oferta não seja capaz de atender satisfatoriamente aos dois mercados.

Como observou Madeley (2003: 79), “governos em que a política comercial predomina tendem a apoiar empresas que fazem comércio, geralmente companhias de grande porte, inclusive transnacionais, em lugar de pequenas empresas” Em tempos recentes, tem-se verificado maior preocupação dos governos brasileiros com esse tipo de negócio, que persiste sendo o maior empregador do país, bem como com a inserção de cada vez maior número de bra-

sileiros na economia. Sua transformação de meros consumidores em cidadãos, sem dúvida, dará mais ênfase às discussões sobre como dirigir todas estas riquezas do país.

Referências

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas (2001) *Do Grão ao Pão. O Trigo nas Relações entre o Brasil e a Argentina*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

_____. Aspectos Econômicos e Ecológicos dos Transgênicos (2001) *Revista CADE*, ano III, número 4, Rio de Janeiro, Faculdade Moraes Junior, jul/dez.

BAKAN, Joel (2008) *A Corporação. A Busca Patológica por Lucro e Poder*. Tradução de Camila Werner, São Paulo, Novo Conceito.

BATALHA, Mário Otávio e SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de (2009) *Agronegócio no Mercosul. Uma Agenda para o Desenvolvimento*, São Paulo, Atlas.

BONIFACE, Pascal e VÉDRINE, Hubert (2009) *Atlas do Mundo Global*, São Paulo, Estação Liberdade.

CERVO, Amado Luiz (2008) *Inserção Internacional. Formação dos Conceitos Brasileiros*, São Paulo, Saraiva.

FERREIRA, Pedro e FRAGELI, Renato (2011) O fantasma dos anos cinquenta, *Jornal Valor Econômico*, 30/mai, p. A3.

FRAGA, Érica. Brasil será a 4ª economia em 2030, diz consultoria. *Folha de São Paulo*, 26/ago, p. A15.

KUMAR, Satish e WHITEFIELD, Freddie (2006) *Visionaires of the 20th. Century. Ressurgence Anthology*, Londres, Green Books.

MADELEY, John (2003) *O Comércio da Fome*. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, Vozes.

MELLON, Margaret (2001) *Does the world need GM foods?* *Scientific American*, Nova York, SA, abril.

MOREIRA, Assis (2011) Real deixa de ser a moeda mais valorizada, *Jornal Valor Econômico*, 18-20/nov, p. A2.

NASSAR, André Meloni (2011) Inserção internacional do agro – caminho sem volta, *O Estado de São Paulo*, 16/mar, p. A2.

NOVAES, Washington (2011) Começou a era do mundo finito. *O Estado de São Paulo*, 18/nov, p. A2.

RIVERO, Oswaldo de (2002) *O Mito do Desenvolvimento. Os Países Inviáveis no Século XXI*, Tradução de Ricardo A. Rosenbusch, Petrópolis, Vozes.

ROBIN, Marie-Monique (2008) *Le Monde selon Monsanto: De la dioxine aux OGM, une multinationale qui vous veut du bien*, Paris, La Découverte.

RODRIGUES, Lúcia. Governo abandona de vez a reforma agrária, *Revista Caros Amigos*, ano XV, n. 176, pp.10-11.

RODRIGUES, Roberto (2011) Rio + 20 com 7 bilhões, *Folha de São Paulo*, 19/nov, p. B7.

SANDRONI, Paulo (2005) *Dicionário de Economia do Século XXI*, Rio de Janeiro.

WATANABE, Marta (2010) Câmbio eleva rentabilidade das exportações. *Jornal Valor Econômico*, 27/out, p. A3.

Sítios Consultados

www.cia.gov acessado em 3 de novembro de 2011

